

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVO-IMAGÉTICA DE JOSÉ SARNEY NAS CHARGES DA IMPRENSA DE SÃO LUÍS NA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR BRASILEIRA (1964-1974).

Adriano Negreiros da Silva*

RESUMO: Este trabalho propõe-se a um mergulho pelo universo das disputas político-hegemônicas entre situacionistas e opositores presentes no Maranhão e reverberadas pelos distintos jornais de grande rodagem da cidade de São Luís através do discurso chágico, num contexto de transição oligárquica – 1964-1974 – sob o cenário do arrocho da ditadura empresarial-militar. Para tanto, utilizaremos o texto imagético das charges enquanto um mecanismo discursivo crítico, reflexivo e ideológico. Dessa maneira, investigaremos em determinados periódicos as investidas de figuras e grupos políticos pela depreciação e destruição pública da imagem de velhos e ascendentes oligarcas – a saber, respectivamente, Victorino Freire e José Sarney – e suas práticas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Ilustrada, Discurso, Oligarquia, Imprensa, Ditadura Empresarial-Militar.

ABSTRACT: This paper proposes a dive through the universe of present-hegemonic political animosities in Maranhão and reverberates by different newspapers running big city of St. Louis through discourse chágico between situationists and oppositionists, in a context of transition under the scenario of oligarchic State of Exception crunch. To do so, we use the text imagery of the cartoons as a mechanism discursive critical, reflective and ideological. So, who will investigate on the spot at that time of the attacks by political groups and figures depreciation and destroying public image of old and upward oligarchs - namely, respectively, Victorino Freire and José Sarney - and their political practices.

KEYWORDS: Critical Illustrated, Speech, Oligarchy, Media, Military Dictatorship.

* Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela professora do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Prof^a. Dr^a. Mônica Piccolo Almeida. Bolsista BATI (graduado) no macro projeto: Organização, Indexação, Informatização e Publicização do Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002); financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

INTRODUÇÃO

No Maranhão, as agitações políticas nacionais do pré e pós-golpe civil-militar de 1964 não estavam de modo algum desarticuladas do contexto político local. Pelo contrário, a relação centro-periferia, entre este estado e o poder federal, estava imbricada há muito tempo numa complexa relação de interesses entre grupos políticos regionais mediados pelas instancias do governo federal – executivo, legislativo e judiciário.

Nesse sentido, devemos partir do período que compreende a ascensão e soberania política do pernambucano Victorino de Britto Freire no Maranhão – 1945-1965 – e a ojeriza política que seus adversários e opositores nutriam por sua figura, para que então entendamos as representações ilustradas do oligarca através das charges presentes na grande imprensa ludovicense¹ no pré-golpe e primeiros anos da ditadura civil-militar.

Assim sendo, temos assim uma primeira perspectiva crítica, por meio do discurso chágico, a “oposição oligárquica”, capitaneada pela aliança anti-victorinista intitulada “*Oposições Coligadas*”, uma ampla e heterogênea união política que procurou mobilizar a população contra os desmandos do vitorinismo e que tinha entre outros referenciais, o jovem José Sarney que posteriormente à implantação da ditadura ascenderia ao poder político do estado auxiliado pelos milicos (COSTA, 2006). Contudo, o mesmo recurso discursivo que ajudava a destruir a imagem pública de Victorino Freire, seria um forte braço propagandístico para a visibilidade política de Sarney.

O DISCURSO FERINO DA CRÍTICA ILUSTRADA (CHARGE, CARICATURA, CARTUM E TIRA)

Comumente publicada em jornais, a crítica ilustrada (charges, caricaturas, cartuns e tiras) assumem papel importante na opinião pública, pois viabiliza – independente de classe social e níveis de conhecimento – a disseminação do pensamento reflexivo por meio da imagem. É um discurso ideológico, amplamente parcial que visa polemizar, desnudar e trazer à tona, por via do humor, tudo que está maquiado na sociedade – organização social, arranjos políticos, disputas por poder, conflitos culturais, discursos hegemônicos, etc.

Ao dirigir a atenção a um determinado indivíduo – ou fato – é crucial para o êxito da ação cômica o desprendimento da emoção, pois essa, ao acometer o agente do cômico, termina por enfraquecer o seu objetivo inicial. A indiferença deve ser seu lugar natural, para

¹ Natural da cidade de São Luís - MA.

que a crítica veiculada pela charge seja mordaz. A arte, por exemplo, do chargista – e demais profissionais do humor gráfico – consiste em nos dar a conhecer o real pelo cômico imagético, nos introduzir a tal ponto na intimidade da sua arte e nos fazer agentes daquela indignação veiculada.

O riso do leitor contemplaria grande parte da expectativa acumulada pelo chargista desde o processo de elaboração de sua arte, pois sendo o cômico inconsciente e agregado de sentidos, e o riso diante da imagem a sua expressão, depreende-se que a sua mensagem fora apreendida e entendida, mesmo que em instâncias diferentes (BERGSON, 1983).

A charge e a caricatura – gêneros mais convenientes a esse trabalho, devido à alta incidência nos jornais de São Luís durante o contexto abordado – enquanto discurso e arma retórica funciona para quem a detém. É essencialmente ideológica e parcial; seu caráter persuasivo e penetrante na mentalidade de uma determinada população interessa a todas as vertentes e segmentos sociais e de poder da mesma. Dessa maneira, a repercussão de uma charge é, mormente, a prova do seu caráter combativo e desconcertante, pois representa a recepção amarga, a exposição ao ridículo, à crítica feroz que o outro teve por meio do discurso imagético burlesco (FLÔRES, 2002). Por fim, a charge ao ser uma expressão imagética que testemunha os valores culturais e as ideias que permeiam uma época, logo viabiliza e legitima também a sua apropriação enquanto evidência ou indício histórico (BURKE, 2004).

A CRÍTICA ILUSTRADA DA OPOSIÇÃO LUDOVICENSE SOBRE A SITUAÇÃO NO PRÉ-GOLPE CIVIL-MILITAR²

A relação de Victorino Freire³ com a política maranhense deu-se pela primeira vez no ano de 1933, quando da nomeação de seu amigo capitão, Martins de Almeida, para o cargo de

² Entendimento conceitual em que a liderança do processo político que culminou no golpe em 1964, não foi protagonizada exclusivamente pelos militares. Seus conspiradores estavam distribuídos em diversos nichos civis, entre eles a iniciativa privada, nacional e internacional. Tendo na atuação de associações como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) os mecanismos necessários para tal ação golpista; somado ainda o apoio da burguesia tradicional, setores oligárquicos (no qual se insere Victorino Freire) e rede de apoio das forças armadas.

³ Victorino de Britto Freire nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra do Buíque, Pernambuco, no dia 28 de novembro de 1908. Teve papel de destaque na Revolução de 1930 em seu estado. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, integrou o gabinete do ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida; serviu na Diretoria de Meteorologia do Ministério da Agricultura; foi segundo-oficial do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1934, foi nomeado secretário do interventor federal no Maranhão, o capitão Antônio Martins de Almeida. A partir de então, vai exercer grande influência na política daquele Estado, sendo acusado, constantemente, de arbitrariedades, pelos seus adversários. Liderou com mão de ferro e instituiu o que

interventor federal varguista no Maranhão. A reboque, veio também Victorino, incumbido pelo próprio presidente Getúlio Vargas para o cargo de secretário do Governo do Maranhão; função estratégica para a regência da política maranhense (COSTA, 2006).

Sua incumbência na verdade abrangia essencialmente a organização do Partido Social Democrático – PSD – visando às eleições de 1934, para a câmara federal e estadual. Essa organização era estratégica porque entre outros aspectos, eram os deputados que tinham o encargo de definir por via indireta o governador e dois senadores. Porém, os planos pessedistas não tiveram o êxito esperado, o seu candidato o Dr. Cássio Miranda fora derrotado pela diferença mínima de dois votos pelo candidato da oposição o Dr. Aquiles Lisboa. Derrotado, Victorino regressa ao Rio de Janeiro com o Capitão Martins de Almeida, onde passa a ocupar cargos fundamentais para a consolidação de suas bases políticas no Maranhão, à revelia e hostilidade de figuras políticas locais que já identificavam o seu oportunismo.

Adiante, retornou quando da queda de Getúlio Vargas do poder executivo nacional e candidatura à presidência da república, em 1945, de um de seus maiores amigos dentro da política nacional, o militar Eurico Gaspar Dutra. A essa altura, já não era mais um desconhecido na política Maranhão. Entre suas tarefas nesse retorno estava novamente a reorganização do PSD, partido que seria o elemento balizar de seu enraizamento na política maranhense nos anos posteriores.

Logo, para entendermos os elementos de sustentação, fixação e poder victorinista no estado do Maranhão é crucial o entendimento sobre o conceito de hegemonia elaborado pelo pensador comunista italiano, Antonio Gramsci. Segundo esse, a ação política de um grupo que ambiciona a conquista e a manutenção no poder, não pode se reduzir a um processo de simples instrumentalização das massas. Pelo contrário, está longe de ser tão somente uma mera dominação coercitiva verticalizada e unilateral.

“A luta pela hegemonia implica uma ação que pressupõe um universo inter-subjetivo de crenças e valores [...]. Gramsci articula explicitamente a hegemonia com a obtenção do consenso, distinguindo assim da coerção enquanto meio de determinar a ação dos homens” (COUTINHO, 1989: 67-68).

Dessa forma, a obtenção do consenso dar-se-ia por meios como a apropriação do próprio ideário dominante, ou seja, as massas assumiriam como sua a ideologia hegemônica

ficou conhecido como "vitorinismo". Apoiou o movimento civil-militar que, em 1964, depôs o presidente João Goulart; com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Morreu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1977.

ou, ao contrário, organizariam resistência e oposição a ela. Assim, tomando a noção de hegemonia como grupo dominante e a perspectiva de oposição a esse grupo, temos os elementos conceituais necessários para o entendimento da conjuntura política maranhense sob o victorinismo.

Freire se manteria sob um quadro político local favorável e consoante às determinações do PSD nacional de modo direto por cerca de 20 anos. Todavia, não sem críticas e inimizades políticas de todos os lados. “A hegemonia política de Victorino foi permanentemente contestada, não somente pela oposição, mas também por dissidências gestadas no interior da própria corrente majoritária” (COSTA, 2006: 36).

Destarte, sua oposição oficial era composta por uma plêiade variada de partidos que lhe teciam críticas de toda sorte, visando lhe atingir de qualquer forma no alto do seu pedestal político hegemônico. Para tanto, valiam-se de diversos artifícios, entre eles, a crítica ilustrada da charge em jornais diversos. Essa aliança política heterogênea foi denominada de “Oposições Coligadas”, tendo a sua frente figuras como Neiva Moreira, Clodomir Millet e José Sarney.



Figura 20: *Jornal do Povo*⁴, São Luís-MA, 16/01/1964, diretor geral: Neiva Moreira.

Como se observa na imagem acima, Victorino era achincalhado habitualmente por seus opositores coligados com estereótipos que versavam sobre uma pretensa insanidade política, truculência generalizada e insensibilidade para com as questões da ampla população pobre do estado (educação, saúde, saneamento básico, etc). Essa última, era constantemente associada nos discursos da oposição como um elemento essencial à “libertação” do Maranhão das garras do mandatário pernambucano.

⁴ Caricatura ridicularizante e reafirmadora do estereótipo pejorativo do mandonismo indiscriminado e forçado de Victorino Freire sobre o Maranhão. No desenho vemos claramente o “Cowboy pessedista” tentando dominar um bovino arredio que representaria o Maranhão bravo.

Nesse sentido, já nos anos 1960, as caricaturas e charges presentes nos periódicos ludovicenses reforçavam diariamente uma visão negativa que, supostamente, a maior parcela da sociedade da capital maranhense devotava a Victorino e seus aliados. Desta forma, era comum nos jornais se utilizar uma caricatura ou charge repetidas vezes, apenas com a mudança do enredo da notícia que a acompanhava; sendo ainda compartilhada por outros jornais alinhados à oposição.

Apesar de Victorino Freire ser exposto pelos jornais dos coligados como o grande mentor onisciente e onipotente dos pessedistas em ampla parcela das charges atreladas às notícias da política do Maranhão, às vésperas do golpe empresarial-militar de 1964 a estrutura do PSD-MA já se encontrava bastante desarticulada, com dissidências aspirantes e sedentas pelo poder e protagonismo sobre a política maranhense. O mais destacado fora Newton Bello, político apadrinhado e galgado ao governo do Estado em 1961 pelo sistema de corrupção eleitoral victorinista.

Entretanto, nos jornais ludovicenses de oposição – por exemplo, *Jornal Pequeno*, *Jornal do Povo*, *Jornal O Combate*, *Jornal de Bolso*, *Jornal A Tribuna do Povo*, entre outros – essas divergências e cisões internas do PSD-MA pouco interferiam na visão disseminada de que a política pessedista era uma chaga para o Maranhão e de que seus políticos não se dissociavam, pois eram coparticipes de um mal comum. Desse modo, assim como acontecia com Victorino Freire, também se observava com Newton Bello, a depreciação e crítica pela charge e caricatura.

Por conseguinte, apesar de terem na hegemonia victorinista o seu inimigo comum, as oposições não escondiam seus ideários distintos acerca dos rumos da política local e nacional. Tomemos o exemplo do *Jornal do Povo*, dirigido por Neiva Moreira; esse matutino, entre outros aspectos críticos, dava voz a uma série de movimentos populares – estudantis, agrários, sindicais, associações de bairros, etc – com vistas a implementação das reformas de base e por um governo de cunho nacionalista, que naquele momento seria liderado por João Goulart (COSTA, 2006).

Todavia, outros, como o *Jornal O Combate*, tinham um posicionamento extremamente indiferente ou contrário aos anseios de melhorias sociais da população carente do estado. Nas entrelinhas das notícias que veiculava, era perceptível a sua tendência conservadora e em prol dos interesses de figuras e/ou famílias tradicionais da política do estado que eram os proprietários; por exemplo, respectivamente, Luís Rocha – sarneista convicto e diretor do

Jornal de Bolso – e a família Bogéa – donos do *Jornal Pequeno*. Além da profunda exaltação àquele que se afirmara como o nome e aposta das Oposições Coligadas para derrubar a soberania victorinista no Maranhão, o jovem político udenista José Ribamar Costa, ou José Sarney⁵, como ficaria conhecido.

No entanto, nenhum dos lados ideológicos, apresentava de maneira direta a perspectiva da política nacional brasileira em suas páginas através do discurso chágico. Ademais, nota-se que a quantidade de charges nos jornais era cotidianamente pequena, fato que pode ser explicado pelas deficiências técnicas e/ou financeiras para o aumento da utilização desse recurso discursivo nos periódicos; ou mesmo, pelo descrédito dado a imagem satírica, habitualmente vista como uma crítica menor.

A ASCENSÃO SARNEYSTA NO PÓS-GOLPE E ESTADO DE EXCEÇÃO

No Maranhão, já às vésperas do golpe empresarial-militar, estava em curso nos jornais – *Jornal Pequeno*, *Jornal do Povo*, *Jornal O Combate*, *Jornal de Bolso*, *Jornal A Tribuna do Povo* – uma intensa propaganda eleitoral em prol de José Sarney para o governo do Estado. Era a “campanha pela libertação maranhense do victorinismo” e o advento do “Maranhão Novo”. Sarney afirmara-se enquanto o candidato das oposições a partir 1962, quando alcançou expressiva votação em São Luís superando Neiva Moreira, que tinha na capital o seu principal reduto eleitoral. Essa situação demonstrou a força da popularidade que ele alcançara em São Luís, principal colégio eleitoral do Estado, logo, credenciando-lhe a disputa do governo.

Nesse ínterim, um quadro político que já se vislumbrava pelo noticiário dos jornais ludovicenses, consolidou-se, o golpe empresarial-militar brasileiro. Esse novo cenário político fora vital para as pretensões de conquista do governo maranhense por Sarney. “Eleito deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso e oportunista, sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem mais favoráveis” (FREIRE, 1978, p. 274).

Como assevera José de Ribamar Caldeira: “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local,... [ele] é diretamente produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA” (COSTA, 2006: 79).

⁵ Sarney era o nome de seu pai (Desembargador Sarney Costa) que foi apropriado para a carreira política.

Ao contrário de Sarney que se ratificou como o candidato ao governo, boa parte das Oposições Coligadas foi perseguida pelos militares, algumas de suas referências como Neiva Moreira e Maria Aragão foram expurgadas de imediato junto com os seus respectivos periódicos, a saber, o *Jornal do Povo* e a *Tribuna do Povo*, esse último, de cunho esquerdista – sabendo-se que Maria Aragão à época já era notória representante do Partido Comunista do Brasil no Maranhão; seus ideais ideológicos em prol da destruição da sociedade capitalista excludente e favor de por em curso reformas estruturais que abarcariam fatores políticos, econômicos e sociais, assombrava o imaginário dos grupos dominantes que auxiliaram no desenvolvimento do golpe (FICO, 2004). O interessante é analisarmos que o próprio Sarney por diversas vezes esteve estampado nas páginas do *Jornal do Povo*, por exemplo, transparecendo um perfil pro reformista e nacionalista (COSTA, 2006).

Vitorioso o movimento de 1964, Sarney logo a ele aderiu, e com sua tremenda capacidade de adaptação às situações que melhor lhe convinham, passou a renegar o “nacionalismo” rosado, e, como por encanto, numa guinada de 180 graus, caiu nos braços da Revolução. Todos os seus companheiros de oposições haviam sido cassados, e Sarney, tão bem descrito pelo jornalista Sebastião Nery, em artigo publicado na Tribuna da Imprensa intitulado “O Canguru”, preparava-se para seu novo salto [...]. (FREIRE, 1978: 278).

No entanto, o golpe não fora danoso apenas para os setores radicais das Oposições Coligadas. No eixo victorinista, o golpe empresarial-militar apesar de ter sido bem recebido pelos seus correligionários, tornar-se-ia extremamente danoso às pretensões de manutenção do domínio do PSD no Maranhão (COSTA, 2006). Haja vista, a conjunção de dois fatores cruciais: os conflitos e cisões internas do PSD-MA e a estratégia periférica dos militares junto a Sarney.

Primeiro, desde o início do governo de Newton Bello, se observara uma quebra da hierarquia na regência do partido pessedista maranhense. Victorino, até então, pleno na direção da política do estado, teve no governador Newton Bello a oposição interna mais incômoda e traiçoeira ao longo de sua carreira política no Maranhão. Victorino Freire primava pela disciplina partidária integral a todo custo, pois, assim conseguiria manter suas bases locais sempre em consonância com os seus interesses. (FREIRE, 1978). Porém, ao longo do governo de Newton Bello, constatou-se justamente o contrário, “diversos coronéis e chefes políticos do interior mudaram de lado e passaram a apoiar a chapa oposicionista” (COSTA, 2006, p. 81).

Dessa forma, o resultado desse conflito fora a polarização do partido nas duas figuras políticas referidas, que apoiaram candidatos distintos no pleito de 1965. De um lado, o ex-deputado Costa Rodrigues (PDC⁶/PL⁷) apoiado pelo governador Newton Bello, e do outro, o deputado federal Renato Archer (PTB⁸/PSD), apoiado por Victorino Freire. Essa secessão alimentava o ânimo e o clima de uma vitória certa da oposição. Nos jornais independente dos conflitos intestinos do PSD-MA, as caricaturas e as charges não faziam distinção dessas intrigas em suas críticas. O discurso era o mesmo para os dois lados, a desmoralização e a destruição do obscurantismo oligárquico que já contava com vinte anos àquela altura.

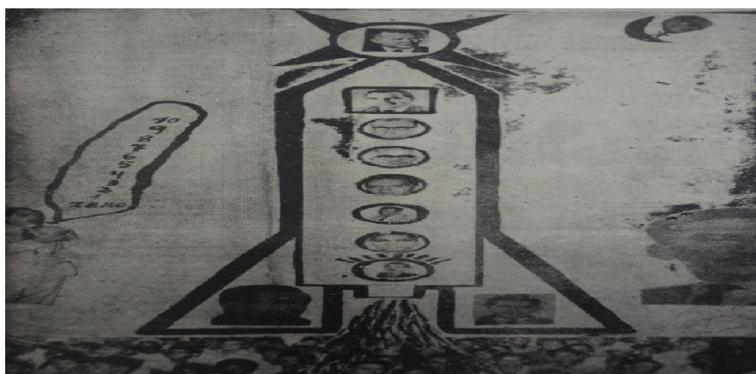


Figura 23: *Jornal Pequeno*⁹, São Luís-MA, 24/09/1965.

Na charge acima, de imediato, observamos um vistoso foguete que em seu corpo tem apregoados um grupo de políticos alinhados à situação em ordem hierárquica, destacando-se, Newton Bello, Renato Archer, Costa Rodrigues e Eugênio Barros. Ao lado, vemos um dos candidatos opositoristas à prefeitura de São Luís, Eptácio Cafeteira (PR¹⁰), que faz uma contagem regressiva para a derrota da coligação pessedista, simbolizada pelo foguete acionado que está na iminência de sua partida para a lua, onde já se encontrava o próprio Victorino Freire – canto superior direito da imagem –, ou seja, era a derrocada da oligarquia.

Todavia, um elemento simbólico da imagem é instigante. Por que Victorino já se encontrava na “lua”? A ideia na imagem é atenuar e explorar ao máximo a cisão que houve no interior do PSD-MA, enquanto um indício da decadência de Victorino que já não contava com tanto poder como em anos anteriores. Porém, observando as fontes primárias, os jornais

⁶Partido Democrata Cristão

⁷Partido Liberal

⁸Partido Trabalhista Brasileiro

⁹Acima, observamos um tipo diferente de charge pouco utilizada na época, a “fotomontagem”; que mesclava desenho e imagens recortadas. Nesta charge publicada em pleno ano eleitoral, avistamos uma série de elementos simbólicos na construção do texto imagético, cujo desejo era mandar todos pessedistas para a lua, ou seja, destituí-los da política maranhense para sempre.

¹⁰ Partido Republicano.

da época – por exemplo, o *Jornal Pequeno* e o *Jornal de Bolso* –, vemos que a “velha raposa pessedista” estava em evidência a todo o momento nos noticiários da oposição como um articulador oportunista nos bastidores da política estadual e nacional.

Adiante, seu desafeto político e então governador, Newton Bello, aparece no topo do foguete simbolizando a liderança pessedista mais incômoda e ambiciosa daquele momento, uma vez que possuía a máquina do estado sob o seu domínio e tinha aspirações hegemônicas para a política do Maranhão. Por fim, na base da imagem está a população que propulsionaria o afastamento definitivo do oligarca tradicional e do pretense oligarca ascendente das terras maranhenses através do voto isento de fraudulências.

Dessa maneira, nos defrontamos com o segundo fator; a estratégia periférica dos militares junto ao partido que se constituiu como o principal aliado civil para a efetivação do golpe, a União Democrática Nacional – UDN. Essa estratégia visava o alinhamento com lideranças locais desse partido – no Maranhão, José Sarney –, para então desarticular as bases políticas dos partidos dominantes do período democrático pós-1945, com destaque ao PSD e PTB. Para tanto, era necessário alijá-los na sua estrutura de manutenção de poder, a corrupção no sistema eleitoral ou “universidade da fraude”, como apelidou a oposição (COSTA, 2006).

Vitória eleitoral e consagração popular sob tutela militar, num curioso processo de “libertação pelo alto” (para usar, subvertendo, o termo das oposições), em que o desejo oposicionista de uma intervenção federal “saneadora” e “moralizadora” dos costumes políticos finalmente se concretizou. Uma “vitória outorgada” nas palavras de José de Ribamar Caldeira, para quem a eleição de Sarney representou “apenas o referendium da sociedade civil do Estado para a consecução dos objetivos do Governo Federal, quais sejam, a “necessidade de inserção do Maranhão dentro do projeto político estabelecido pela Revolução de 1964”, através do “afastamento dos centros de decisão política de alguns Estados, de alguns coronéis tradicionais do PSD” (COSTA, 2006: 79).

Dessa forma, aparatado por todo este esquema federal, a vitória de José Sarney nas eleições de 1965, era certa. Passados 20 anos do domínio hegemônico de Victorino Freire na política maranhense, no dia 12 de outubro de 1965, estava estampada nas manchetes dos jornais da cidade de São Luís a vitória de José Sarney; o jovem político udenista subia ao poder do Estado por intermédio de um sistema político centro-periférico de uma semelhança univitelina ao que alavancou Victorino Freire em 1945. Iniciava-se o sarneísmo a título simbólico, pois àquela época nada mais era que apenas um hábil político que soube se valer

oportunamente de um cenário político nacional favorável e sagrar-se governador do Estado com considerável apoio popular.

Dessa forma, em geral, nos discursos chárgicos e caricaturais dos jornais da grande imprensa ludovicense, a ausência de qualquer tipo de crítica ao regime ditatorial brasileiro inexistia não por conta de um temor de censuras e represálias, mas eminentemente pelo “transe de gratidão” causado pela ajuda dos milicos durante o processo de “libertação” da preponderância victorinista. Além do auxílio desenvolvimentista fomentado pelo governo federal junto à administração estadual do “Maranhão Novo”, disseminando, assim, na maioria da população do Estado e da cidade de São Luís uma simpatia pela política militarista personificada no governador José Sarney, o bem feitor das massas.

Nas charges da imprensa governista, Sarney não descansava. Ora aclamado pela população que o carregava nos braços, evidenciando um discurso imagético de horizontalidade entre o líder e as massas. Ora árduo perseguidor dos interesses progressistas e desenvolvimentistas do Estado do Maranhão, há muito relegado ao arcaísmo e atraso socioeconômico.

Sarney captou bem o corte que a sociedade maranhense ansiava por fazer entre o velho e o novo, entre o moderno e o arcaico e expressou isso em sua proposta de governo, sintetizada pela expressão “Maranhão Novo” [...]. A dinâmica administrativa se caracterizou por uma tendência centralizadora do processo decisório e insulamento da burocracia, pautando-se na perspectiva do desenvolvimento e da modernização (GUILHON, 1996: 8).



Figura 26: *Jornal de Bolso*¹¹, São Luís, 25/06/1968.

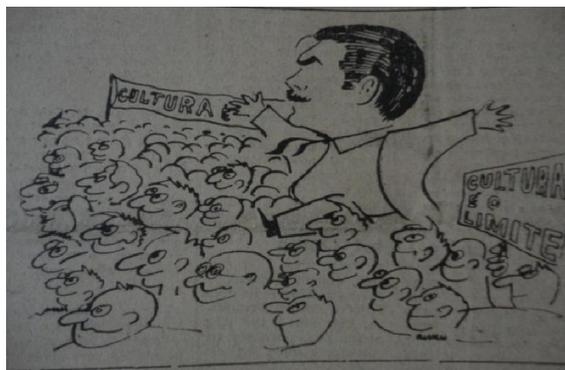


Figura 25: *Jornal de Bolso*¹², São Luís, 19/09/1968.

¹¹Na charge, o dedicado e destemido governador obstina a consecução de investimentos para o Maranhão em terras orientais.

¹²O governador “José Sarney nos braços do povo” era um elemento simbólico muito explorado pela imprensa governista através de charges, visando ilustrar o apoio que a população lhe devotava.

O jovem governador acreditava que devia se extinguir aquele ciclo vicioso de administrações governamentais sem nenhum tipo de planejamento para o Estado. Isto não seria nenhum plano fantástico, mas um fundamento básico de qualquer governante que deveria projetar ações internas bem urdidas e consoantes aos objetivos dos Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento (GUILHON, 1996).

Nessa ideia, a busca por investimentos que fomentassem o desenvolvimento do Estado era uma das primazias discursivas daquele governo para a materialização do “Maranhão Novo”, tal como expõe a charge acima. A saber, a intenção de se integrar a proposta de progresso e desenvolvimento nos moldes definidos pelo governo federal militarista, descambou a uma maior e mais incisiva participação deste nos rumos estaduais (GUILHON, 1996).

Contudo, apesar de todo um cenário favorável o governador não era uma unanimidade e tão pouco estava blindado e isento por completo de críticas. Ao longo de todo o seu mandato, Sarney, fora alvo de inúmeras denúncias de jornais oposicionistas e de ex-aliados políticos, destacando-se o caso do *Jornal Pequeno*. Este jornal, principalmente, a partir dos últimos anos do governo Sarney, investiu sobre o mesmo com sucessivas denúncias de corrupção, tráfico de influência, favorecimento ilícito, fraude em licitações, superfaturamento de obras, incompetência administrativa, etc. Cenário que desencadeou uma verdadeira guerra de notícias entre a imprensa situacionista e a oposicionista.

No entanto, quando falamos nesta “oposição” é prudente delimitar o seu sentido, de modo algum ela estava vinculada a uma crítica expansiva ao governo federal. Pelo contrário, o governo militar pairava nos debates como um bem dissociado das supostas práticas abusivas do então governador. A carga crítica era direcionada ao chefe do executivo estadual maranhense, direta ou indiretamente.

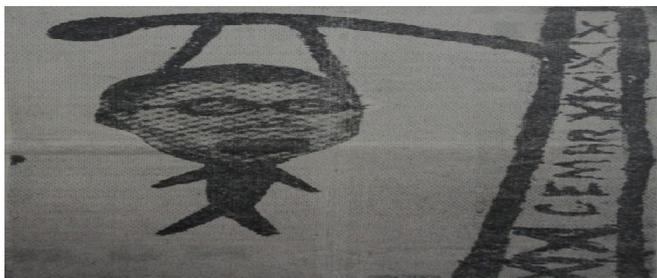


Figura 27: *Jornal Pequeno*¹³, São Luís, 28/03/1970.

¹³Associação de Sarney aos serviços falhos da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), por conta das sucessivas oscilações e quedas de energia na capital, além da fragilidade da estrutura física da rede, a começar

Não obstante, os situacionistas replicavam as acusações com charges e caricaturas que versavam entre a depreciação de dirigentes e políticos alinhados à oposição que apareciam como sabotadores da plenitude daquele novo momento do Maranhão, e a própria exaltação do líder que não esmorecia com as acusações levianas que lhe eram proferidas. Nessa ótica, a resposta era dada com imagens das obras de estruturação do Estado e o afínco com que o governador tratava a coisa pública.



Figura 28: *Jornal de Bolso*¹⁴, São Luís, 21/06/1968.

Embora todo o empenho da imprensa governista em exibir o sereno e compenetrado governante como um injustiçado à opinião pública, assim, obtendo o apoio e repúdio desta aos “caluniadores”; as críticas políticas a Sarney não diminuíram nem após o fim do seu mandato, interrompido no início de 1970 devido a sua candidatura ao senado. Nos anos seguintes, o infante sarneísmo seria abalado por dissidências marcantes como a do seu vice-governador Antonio Jorge Dino, que assumira o governo por um curto tempo, e também, a do governador eleito indiretamente para o pleito seguinte (1971-1975), Pedro Neiva de Santana.

Por conseguinte, ao contrário do discurso passional da crítica ilustrada veiculada pelos partidários de Sarney, Victorino e sua facção não estavam terminantemente derrotados, tão pouco suas práticas foram superadas e suas referências foram perdidas. Durante o governo Sarney, mormente, Freire, já alocada na ARENA, mesma frente partidária da Situação, apareceria em charges e caricaturas da imprensa ludovicense imbricado a uma negatividade política que a todos contaminava.

É inegável, entretanto, que até 1970, e por vários fatores, Sarney deteve o controle do partido. Vitorino Freire, opositor natural do então governador, decidira afastar-se da cena política do estado. Com o bipartidarismo, ele

pelos “postes de areia”, apelido dado pela imprensa oposicionista. Na charge, o governador é o Judas num poste a ser malhado pela opinião pública.

¹⁴ Pela visão chágica situacionista, o governador não só trazia os investimentos como também acompanhava de perto a sua aplicabilidade em prol de um desenvolvimento preciso e sólido para o Estado do Maranhão.

ingressara na ARENA, firmando sua posição situacionista a nível federal. Era impossível para ele, porém, manter algum tipo de convivência com Sarney face às divergências e rivalidades políticas dificilmente conciliáveis. Como não poderia opor-se formalmente ao governador, por pertencerem ao mesmo partido, Vitorino preferiu manter-se afastado, deixando espaço para a ação política do seu opositor (GUILHON, 1996: 12).

Em 1974, quando da sucessão do governador Pedro Neiva de Santana, Victorino Freire ressurgiu na política Maranhense revigorado por seus laços fraternos e políticos com o recém-eleito presidente, General Ernesto Geisel. Mais uma vez, a relação centro-periferia mostrava o quão peremptórias eram as determinações do poder executivo nacional sobre a política dos Estados da federação.

Nos jornais anti-sarneistas, com destaque ao Jornal Pequeno, o clima nas suas manchetes era de uma derrocada irreversível do jovem político. Sarney era o fracasso de sua arrogância e administração perseguidora, sem espaço naquela atual conjuntura política nacional e sem possibilidades de manter sua hegemonia a nível regional naqueles quatro anos, sua situação política fazia a alegria da oposição.

Porém, os anseios da oposição sarneista não se confirmaram, uma vez que “o retorno de Sarney ao controle do poder político do Maranhão deu-se com a indicação de João Castelo para o governo do Estado” (GUILHON, 1996: 15), em 1979, sucedendo Nunes Freire. Contudo, novas cisões ocorreram inclusive com o próprio João Castelo, porém Sarney soube desenvolver-se dentro dessa política oscilante e fixar a sua própria oligarquia.

CONCLUSÃO

No Maranhão, com vistas a uma análise através da crítica ilustrada da imprensa local da política maranhense no contexto ditatorial, de imediato enfocamos os discursos chárgicos da grande imprensa de São Luís orientados à depreciação da oligarquia de Victorino Freire ao longo dos vinte anos anteriores ao regime militar. Como bem mencionamos ao longo deste trabalho, o texto chárgico é um mecanismo discursivo e como tal é orientado ideologicamente por quem a propala, nesse caso em específico, pela chamada “Oposições Coligadas”, grupo heterogêneo que aglutinava as diversas frentes de oposição à situação.

De maneira, que investigamos *in loco* naquele período as investidas dos discursos imagéticos para a destruição pública da imagem do velho oligarca, em paralelo às agitações

da política nacional que reverberavam localmente e teriam papel ímpar para a destituição do antigo poder hegemônico e ascensão do novo.

Logo, ao analisarmos os jornais da Situação e da Oposição Consentida local, já no período militarista, observamos que a configuração política se alterou nos personagens, mais não nas práticas para a manutenção do poder. Passo a passo, vimos o desmembramento das Oposições Coligadas e o rearranjo do poder entre velhas e novas figuras. O teor discursivo das charges, antes destinadas majoritariamente à Victorino Freire e seus aliados; no Estado de Exceção, mirou-se e alvejou reciprocamente antigos aliados.

Nesse cenário, José Sarney experimentou os dois lados da moeda. De um lado, o discurso chágico construía a ideia do bom líder, competente, carismático, moderno, progressista, desenvolvimentista, o “novo”. Do outro, antigos e, principalmente, novos inimigos políticos construíram igualmente através de seus veículos de comunicação impressos uma imagem totalmente oposta – corrupto, incompetente, traidor da vontade popular, entre outros.

Ambos os discursos chágicos funcionavam como porta-vozes da concorrência pela hegemonia política na capital e no Estado do Maranhão, durante a ditadura militar brasileira. Entretanto, apesar do empenho de antigos e novos adversários, certo é, que independente do apologismo e oposição veiculada pela crítica ilustrada, Sarney estava em evidência e soube orquestrar os mecanismos que detinha à época para a sua autopropaganda e fixação no poder do Estado do Maranhão.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal Pequeno (1964-1974)
Jornal do Povo (1964)
Jornal O Combate (1965)
Jornal de Bolso (1968-1970)

BIBLIOGRAFIA

BERGSON, Henri. *O RISO - ensaio sobre a significação do cômico* / Henri Bergson. - segunda edição, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem* / Peter Burke; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BUZAR, Benedito B., 1938. *O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965* / Benedito B. Buzar. – São Luís: Lithograf – Indústria Gráfica e Editora Ltda, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. *Sob o signo da morte: o poder oligárquico Victorino a Sarney* / Wagner Cabral da Costas. – São Luís: Edufma, 2006.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. – (O Brasil Republicano; v.4).

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar* / Carlos Fico. – Rio de Janeiro, Record, 2004.

FLÔRES, Onici. *A leitura da charge*. / Onici Flôres – Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

FREIRE, Victorino. *A laje da raposa*. Rio de Janeiro, Guavira Editores LTDA: 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. *Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia*. A origem e desenvolvimento do instituto de previdência do Estado do Maranhão: interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1996.

NERY, João Elias. *Charge e Caricatura na construção de imagens públicas*. São Paulo: PUC/SP. Tese de doutoramento em Comunicação e Semiótica. 1998.

SILVA, Adriano Negreiros da. *Traço a traço: análise da crítica ilustrada presente em jornais ludovicenses no contexto do regime militar brasileiro – 1964-1974* / Adriano Negreiros da Silva. – São Luís, 2012.